

ESCOLA, DEMOCRACIA E ENFRENTAMENTOS CONTEMPORÂNEOS À EMANCIPAÇÃO HUMANA

Hedgard Rodrigues da Silva

Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba – hdgsilva@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel da escola para democracia, partindo da compreensão da conjuntura de crise do capital e suas consequências para educação, sendo esta o processo de privatização e obediência a lógica neoliberal de gerenciamento do público em detrimento ao privado, correspondendo as reformas educacionais. No sentido de esclarecimento e tomada de posição, a pesquisa esboça a importância da centralidade do trabalho para compreensão da realidade concreta, bem como a negação d trabalho abstrato para o processo revolucionário. Compreende alguns elementos importantes presentes na escola para a consolidação da participação dos sujeitos históricos no processo de decisão, assim como a participação do Estado no encaminhamentos das políticas públicas para educação. A formação humana e seu caráter de superação à esta forma de socialidade do capital fecha o trabalho, apontando para necessidade de unir forças e encaminhar práticas revolucionárias que apontem no sentido à emancipação humana.

Palavras-chave: Educação, Democracia, Emancipação.

Introdução

O período global que o mundo vive é reflexo da crise do capital, que diante das dificuldades de expansão e produção do lucro, expõe um novo cenário ao mundo do processo de produção e exploração do trabalho assalariado. A crise estrutural do capital expressa conflitos reais do processo de ampliação da produção e acumulação do capital por meio da divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: produção e destruição da força de trabalho, dominação estrutural do capital sobre o trabalho; produção do tempo livre para reprodução e exploração do trabalho necessário; autoritarismo na decisão do processo produtivo e a necessidade de implementação o por consensos ideológicos hegemônicos; expansão do emprego e geração do desemprego; economia dos recursos materiais e humanos acompanhado de seu desperdício, tendo crescimento da produção e destruição ambiental. (Mészáros, 2003).

Os bens humanos no período de crise são modificados em acesso e produção, como por exemplo, a educação que é utilizada para garantir em parceria entre Estado e instituições privadas, as condições de produção e reprodução do *status quo* social manifestada nas reformas educacionais executadas na tentativa de saída da crise do capital.

O argumento de que o mercado educacional possibilita a concorrência, que aumenta a eficiência e a receptividade das escolas, assim como de que há oportunidade igual para todos

são falácias. Transferir a responsabilidade da educação da esfera pública para esfera privada reduz a ação coletiva na busca por melhor qualidade de educação para todos, o que enfraquece a possibilidade da participação nos processos de decisão no sentido de escolha dos objetivos da educação escolar e enfoca veementemente na lógica do mercado.

Diante da crise do capital, para manter os lucros e privilégios da classe dominante, há o aumento da desigualdade. A reação burguesa as pequenas conquistas da classe trabalhadora encaminhou o golpe de caráter jurídico, policial, midiático e parlamentar no Brasil, consolidado no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sustentado em sua gênese pelos grupos detentores do capital, pela mídia monopolista empresarial, pelo poder judiciário, o ministério público, a polícia federal, dominações religiosas e universidades. (Frigotto, 2017)

Há uma relação orgânica e profunda entre o golpe, as teses ultraconservadoras e a junção da política com o moralismo do fundamentalismo religioso. O que coaduna com a mudança no senso comum á direita.

Segundo Apple (2002) há um novo bloco de poder formado por Neoliberais, Intelectuais neoconservadores, fundamentalistas religiosos populistas, e profissionais da nova classe média, propondo soluções mercantilizadas para educação, retornam a padrões elevados de uma cultura secular com preservação das tradições de fundamentação religiosa e um comprometimento ideológico com técnicas de responsabilização, avaliação e gerenciamento. Esse bloco de poder alinhou os objetivos da educação com os de bem-estar econômico e social, a saber: livre mercado; redução da liberdade do estado; fortalecimento de estruturas competitivas; rebaixamento da segurança econômica; disciplinamento da cultura e do corpo e pensamento social darwinista sobre a capacidade cognitiva hereditária. O bloco de poder acredita que para se ter uma escola eficaz é necessário controlar o currículo e o ensino, restaurar as tradições perdidas e implantar uma educação disciplinada e competitiva.

Um projeto que afronta a educação brasileira é o “Escola Sem Partido”, porque agride a liberdade da convivência social, aniquilando a escola pública como espaço de formação humana, negando os valores de liberdade, vivência democrática e do direito e respeito à diversidade. Esse projeto apresenta

um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. (Frigotto, 2017, p. 18)

Mediante o quadro que assola a educação e os nortes da história social, este trabalho é movido pela importante defesa da democracia em tempos de golpe, da formação humana e consciência crítica da classe trabalhadora; pelo fortalecimento de instrumentos do fazer democrático na escola; e pela necessidade de uma formação de enfrentamento contra a lógica neoliberal. Nesse sentido tem o objetivo de refletir sobre o papel da escola para o fortalecimento do Estado democrático, da participação social da comunidade nos processos de decisão escolar e a formação à emancipação humana.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo bibliográfico de cunho qualitativo, apanhando em diversos livros e artigos, fragmentos que juntos apresentem uma percepção do todo que envolve o enredo do papel da escola para formação humana, bem como uma noção do particular deste para compreensões do universal ao singular, buscando na objetividade, historicidade e processualidade a síntese de complexas relações sociais em movimento.

A investigação conduz a pesquisa na busca de descobrir quais os enredos da realidade, utilizando-se da história e da dialética enquanto categorias que orientam a elaboração de análise crítica em colaboração ao processo revolucionário que confronta a superficialidade dos fatos, eliminando o que seja falso na compreensão do real, elaborando uma nova síntese ao conjunto, bem como novos encaminhamentos que ajudem na mudança de comportamentos e conceitos.

A pesquisa bibliográfica foi organizada partindo-se da necessidade de compreender a conjuntura atual que assola a educação brasileira e nela encontrar os elementos que se conectam com a questão da democracia na vida social e educacional. Após algumas leituras e sínteses, apresentadas nas referências, o trabalho se estruturou iniciando pela discussão da educação na lógica neoliberal, seguido da necessária defesa da centralidade do trabalho para compreensão do modo capitalista de produção, adentrando com enfoque no papel da escola no processo de reprodução e transformação social, apresentando na sequência algumas reflexões sobre o Estado e suas controvérsias, seguindo para os espaços de organização, participação e decisão no âmbito escolar, finalizando com a defesa da formação humana para construção da escola democrática.

A educação na lógica neoliberal: a escola como empresa

A emergência das parcerias entre o público e o privado está relacionado a crise do capital que impulsionou o movimento de reforma da administração pública, iniciada no Brasil, apenas na década de 1990. A *new public management*, nova gestão pública, acontece diante da justificativa de que a gestão pública estatal democrática é ineficiente e ineficaz, havendo a necessidade da participação de entidades, organizações e movimentos sociais. (Teixeira e Duarte, 2017)

O final do século XX foi marcado pelo desmanche do setor público e da escola pública, pautados na formação por competências, no fomento do mercado educacional, tendo o ensino como um lucrativo negócio, tornando a escola como espaço apenas de instrução com privatização do pensamento.

Marise Nogueira Ramos ao tratar do público e do privado nas políticas de educação profissional do MEC apresenta três pontos importantes à nova ordem mundial, fruto do contexto de crise do capital em seu limite de reprodução a lógica do Estado de bem-estar social e as consequentes reformas econômico-políticas vivenciadas no Brasil a partir dos anos 1990: 1. A desregulamentação das economias dos estados nacionais; 2. A globalização da economia mundial; e 3. O desenvolvimento tecnológico. Essa nova ordem mundial alinhada ao neoliberalismo, a nova ideologia da economia política mundial, encaminha ao Estado a incumbência de prover uma boa estrutura para o desenvolvimento do mercado. (Adrião e Peroni, 2005, p. 31)

Nesse sentido, a constituição de um mercado de consumo de serviços educacionais, existe pela omissão ou saída do Estado dos espaços de fomento da educação e pela precarização dos serviços públicos, o que contribuiu para sua privatização, combinado com exigências crescentes de formação com o mercado de trabalho. Importante ressaltar que o objetivo do Banco Mundial é destituir a natureza estatal dos sistemas públicos educativos e ampliar o campo dos negócios educacionais.

As dimensões e formas de privatização da gestão da educação básica estão localizadas inicialmente na privatização da gestão escolar e na privatização da gestão educacional. A privatização da gestão escolar por sua vez, ocorre pela delegação à organizações com fins de lucro; e cooperativas de pais ou profissionais. A privatização da gestão educacional acontece por meio da delegação para organizações sem fins lucrativos; corporações e instalação de Parceria Público-Privado (PPP). (Adrião e Pinto, 2017)

As PPPs são concessões do serviço público ao setor privado, configuradas como “estratégia de privatização e terceirização dos serviços públicos e representam a diminuição da participação do estado na oferta da educação pública.” (Teixeira e Duarte, 2017, p. 62).

No sentido de cobrir déficits da administração burocrática, a nova gestão pública deve reelaborar as políticas públicas, procurando ampliar a participação do setor privado na gestão estatal, redefinindo as fronteiras entre o setor público e o privado.

O setor público deveria adotar ferramentas de gestão do setor privado e, em alguns casos, transferir para a gestão privada a execução de serviços estatais não exclusivos como educação, saúde e assistência social, almejando alguns ganhos de eficiência e eficácia. (idem, p. 44, 2017)

No sentido de aniquilar qualquer sentido de pensamento crítico ao domínio da lógica neoliberal, pretende-se a exclusão de direitos e do pensar divergentes, afirmar a neutralidade científica para bloquear as diferenças ao dominante, e criminalizar os movimentos sociais, culturais, sindicais e políticos que se opõem a violência da desigualdade.

A centralidade do trabalho para compreensão do modo capitalista de produção

A compreensão da dimensão ontológica e histórica do trabalho se realiza eternamente no processo em que o homem transforma a natureza, visando satisfazer suas necessidades, construído em contexto específico de organização social historicamente determinada.

No momento em que o homem produz os objetos de satisfação de suas necessidades vitais na consciência, o mesmo generaliza o ato produtor e diferencia-se dos outros animais que são desprovidos da consciência objetiva da produção. Nesse sentido, a consciência assume papel fundamental na realização do salto ontológico do ser natural (homem-animal) para o ser social, pois o produto, resultado do processo, já existia inicialmente enquanto projeto na consciência. Assim, o processo que funda a sociedade humana é o trabalho, condição básica e fundamental de toda a vida, sendo ao lado da natureza fonte de toda riqueza.

O trabalho mesmo se aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a ficção e a reciclagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram às nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do

homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar no cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. (Engels, 2004, p. 25)

O ato produtivo cerceado no trabalho abstrato, na construção social do trabalho humano enquanto mercadoria está caracterizado na vida do trabalhador como único meio de satisfação de suas necessidades, enquanto os capitalistas compram sua energia, sua força manual e intelectual, consomem a riqueza produzida em estado de tecnologia avançada para satisfação de suas necessidades, ficando negada ao trabalhador o gozo e usufruto dos bens que ele mesmo produz. Neste sentido negar o trabalho abstrato em sentido ontológico de totalidade ao sistema produtor de mercadorias é um dos primeiros pontos acertados do processo revolucionário.

O papel da escola no processo de reprodução e transformação social

Os sistemas de ensino foram criados no século XIX alinhados a educação como direito de todos e dever do Estado, procurando consolidar uma sociedade democrática, sob a direção da burguesia, preocupada em transformar os súditos em cidadãos esclarecidos, formando uma sociedade fundada no contrato social.

A partir dos estudos de Saviani (1983) as teorias crítico-reprodutivistas esboçam que o papel da escola tem sido o de reprodução da sociedade de classes e reforço do modo de produção capitalista.

Na teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica, desenvolvido por Bourdieu e Passeron na obra *A reprodução*, a ação pedagógica se caracteriza como imposição arbitrária a cultura da classe dominante à classe dominada, exercida através da autoridade pedagógica, sendo este um poder arbitrário realizado através do trabalho pedagógico. Neste caso a escola assume a função de reprodução das desigualdades sociais.

A teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado tem Althusser como o autor principal. Nela o Estado funciona massivamente pela ideologia e secundariamente pela repressão. Logo, a escola funciona como instrumento de reprodução das forças capitalistas, onde a marginalização se inscreve no próprio seio das relações de reprodução capitalista que se funda na expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas. Segundo Althusser (1985) o

papel do aparelho de Estado consiste em garantir as condições de reprodução das relações de produção/exploração, sendo através da ideologia que a harmonia entre os aparelhos é assegurada, assim, as relações de produção são encobertas e dissimuladas por uma ideologia da Escola universalmente aceita, neutra. Compreendendo-se ideologia como um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social.

A teoria da escola dualista de Baudelot e Establet apresenta que a escola apesar da aparência unitária ela é uma escola dividida em duas, correspondendo a divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Essa divisão faz surgir duas redes de escolarização que constituirão o aparelho escolar capitalista que por sua vez contribuirá na reprodução das relações de produção capitalista. A escola assume as funções de formação da força de trabalho e inculcação da ideologia burguesa, impedindo o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária.

Para uma teoria crítica da educação, Saviani (idem) afirma que esta deve ser formulada a partir do ponto de vista dos dominados e procurar compreender as complexas mediações entre escola/educação e sociedade para captar a natureza específica da educação e desenvolver uma elaboração teórica. Bem como deve lutar contra a seletividade, discriminação e rebaixamento do ensino das camadas populares, procurando garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível mediante as condições históricas atuais.

O Estado e suas controvérsias

A participação do Estado no núcleo do sistema do capital assume a função de regular o direito dos indivíduos, especialmente o da propriedade privada, sendo um agente da organização da sociedade, conjugada no interesse nacional. O Estado apresenta-se como um aparelho repressivo para assegurar a dominação e extorsão da mais-valia, portanto toda luta política de classes gira em torno do Estado – do poder do Estado.

Para a manutenção deste sistema cada vez mais irracional, produziu-se paulatinamente a anulação do poder político dos Estados nacionais, transferindo o verdadeiro governo do mundo para os grandes grupos econômicos, hegemônicos pelo capital financeiro, e para os organismos internacionais que os representam, mormente a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. Estrutura-se, então, um poder sem sociedade ou, como analistas têm caracterizado, um estado de exceção permanente. Estado que no interior das nações é comandado pelos bancos centrais e ministérios de economia, os quais definem as medidas que garantem o lucro,

em especial do capital financeiro. Um poder que se afirma no plano cultural e jurídico respaldado pela força de um Estado cada vez mais policial. (Frigotto, 2017, p. 19)

Segundo Apple (2002) no neoliberalismo, a concepção positiva do poder do Estado no fomento do mercado é criar um indivíduo empreendedor audacioso e competitivo, sendo o homem dominado pelo Estado e tratado como uma empresa com padrões de qualidade pré-determinados.

A escola e seus espaços de organização, participação e decisão

Há elementos que possibilita a prática da social democracia burguesa na escola como o conselho escolar, o grêmio estudantil, a construção coletiva do Plano Político-Pedagógico e o exercício do ensino e da aprendizagem em sala de aula.

A promoção da gestão democrática depende muito da disposição dos sujeitos participantes no sentido de trabalharem juntos para encontrar soluções para os problemas da escola, num processo de construção que é social.

Portanto, depende da prática, implicando aprendizados da prática, implicando aprendizados da parte de todos os envolvidos, além do trabalho que não resume à realização de reuniões. Aprendizados que envolvem desde a percepção do que é mais urgente, ou mais necessário, ou de alcance mais amplo, até formas de como articular reuniões, pautas de discussões e produção de argumentações. (BRASIL, 2013, p. 15)

Alcançar a vivência democrática na escola exige envolvimento, tempo, trabalho, reflexão e execução que possibilitam crescimento e formação, como cidadãos, tanto para professores, estudantes e pais, quanto para direção e o corpo técnico. Mas, faz-se necessário que haja regras claras e democráticas para o debate, a formulação, a votação e a tomada de decisão.

Diante da possibilidade de qualquer sujeito da escola levantar questionamentos a respeito do processo pedagógico e administrativo, a gerência democrática por meio do conselho escolar, assume importante papel nesse processo, pois tem na função pedagógica, o potencial de promover a cultura do diálogo e da colegialidade.

O Conselho Escolar nasce na década de 1970, no bojo das lutas pela redemocratização do país, estando presente nos artigos 14 e 15 da LDB, ficando suas normas específicas a cargo dos sistemas estaduais e municipais de ensino. Apesar de ser uma estratégia organizativa do

processo da gestão democrática, o conselho escolar pode ser manipulado, tornando-se um instrumento de legitimação de decisões autoritárias.

A formação do Grêmio estudantil é outro instrumento muito importante para o processo democrático da escola. Nele os estudantes poderão desenvolver o protagonismo juvenil, seja ele de natureza crítica ou não, buscando auto formação, construção e efetivação no plano político-pedagógico da escola; e fortalecimento e consolidação da cultura democrática de diálogo e participação, sendo esta política, no sentido de compreender as posições ideológicas e construir o projeto da democracia popular, crítica e livre, tendo liberdade para construção do debate em diálogo a exposição dos conflitos, assim das posições contraditórias do projeto de sociedade.

Em defesa à escola democrática: A formação para emancipação humana

A plenitude do estado democrático e do cidadão só pode realizar-se com a erradicação do capital. A conjugação da cidadania plena incorpora os direitos civis que por sua vez não são suficientes para a realização da emancipação humana, pois a elaboração dos direitos democráticos na modernidade se choca com a lógica do capital. (Tonet, 2005)

Seguindo as considerações do mesmo autor, faz-se importante frisar o caráter da totalidade no exame lógico do processo social que tem como eixo a autoconstrução humana, observando a gênese histórico-ontológica para desvendar a natureza e a função que a cidadania cumpre na reprodução social.

A cidadania está relacionada ao processo de emancipação política. Esta por sua vez, desenvolvida historicamente desde os gregos, romanos e modernos na dimensão relacionada à existência humana, incorporada em sentido irrevogável, apresenta em sua função a administração e organização do bem comum, podendo os homens, através da política, expressar seus conflitos e sua diversidade sem torná-los motivos de guerra ao extermínio recíproco.

A compreensão de que a liberdade humana nos conformes cidadãos limita-se a liberdade de posição, de pauta crítica e coerciva do enfrentamento na luta de classes, mas a política, está sobre domínio das objetivações econômicas em curso, o que esboça a necessidade do enfrentamento a economia internacional hegemonicamente consolidada na sociabilidade capitalista.

A expressão desta igualdade é de característica da comunidade política em que está imerso o trabalhador, sendo, portanto, iguais em direitos e deveres sociais que se pautam na

ordem da compra e venda da força de trabalho. Logo, a cidadania é a categoria que equaciona a desigualdade dos membros sociais no limiar de que todos são regidos sob mesma constituição político e jurídico de indivíduos iguais e proprietários. As considerações que respaldam a emancipação política e igualam burgueses e operários num mesmo *status* social de gerenciamento do Estado alavancam ainda o desaparecimento das distintas classes sociais.

A formação humana se propõe a aprofundar e superar esses limites impostos à liberdade e autoconstrução humana, encaminhando a humanidade à consolidação de uma nova forma de sociabilidade, transformada radicalmente em seus conformes produtivos, pautando o homem integral através da consolidação de práticas revolucionárias e independentes, sinalizadas no enfrentamento à lógica do capital e à consolidação da consciência crítica dos trabalhadores.

Conclusões

Partimos da compreensão de que o momento conjuntural é de crise do capital e que esta vem se alastrando em diversas esferas da vida, tornando os bens da humanidade em produtos/ mercadorias, bens sociais fundamentais como saúde e educação, aumentando a desigualdade entre as classes sociais e encaminhando a privatização da vida.

Nesse sentido, uma forte onda conservadora se apresenta para afirmar a necessidade de mudanças ao gosto do capital, o que atinge a classe trabalhadora que é quem vem pagando o preço com perdas de direitos sociais e agora com ameaça a sua formação crítica, alinhavada ao projeto do Escola Sem Partido que se dispõe a aniquilar o pensamento, a filosofia, a política e dar neutralidade a educação.

A pesquisa aqui desenvolvida procurou alinhar conhecimentos que subsidiassem elementos para uma reflexão crítica sobre o papel da escola que vá no movimento contrário a essa lógica anti-democrática a participação dos sujeitos históricos que vivem do trabalho na consolidação de uma educação que vislumbre a formação humana.

Assim, tratou-se da lógica neoliberal que busca privatizar a educação, tanto na sua gestão quanto na sua gerência, acusando as relações estabelecidas entre o público e o privado como estratégia de diminuição da participação do estado no fomento da política educacional, colocando as decisões nas mãos de empresas privadas, bem como alimentando a criação de empresas de gerenciamento educacional, alinhadas a lógica estabelecida pelo Banco mundial.

Para pensarmos a escola hoje, precisamos ter noção do que teremos que enfrentar. Há espaços em que a democracia, a participação dos sujeitos históricos podem ser consolidados,

como o conselho escolar, a reunião de pais, o grêmio estudantil, a própria gestão se realizada de maneira democrática e participativa, mas diante dessa estrutura privatizada da educação são poucos os espaços de efetiva participação e mesmo assim limitadas pela estrutura política engessada e comprometida com a produção de mais-valia.

Frigotto (2017, p. 33) nos disse que é preciso “acumular energia intelectual e ética e organização política coletiva.” Assim, somemos forças para buscarmos uma educação que aponte para formação humana, que tenha a compreensão da centralidade do trabalho, da necessidade de negar o trabalho abstrato, o trabalho que explorado pelo capital e que através de prática revolucionárias nos coloquemos no sentido da transformação radical desta sociedade.

Referências

ADRIÃO, T., PERONI, V. (orgs) *O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo,: Xamã, 2005.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

APPLE, M. *Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita?* Cadernos de Pesquisa, n 116, p. 107-142, julho/2002. Acesso em: 17 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

ARAUJO, L. e PINTO, J. M. R. (orgs). *Público X privado em tempos de crise*. Fundação Lauro Campos, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

ENGELS, F. *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. In: RICARDO, Antunes (org). *A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels*. São Paulo. Expressa Popular, 2004.

FRIGITTO, G. (org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (orgs) *Trabalho educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história*. In: FELISMINO, C. *A pesquisa na formação do educador – Fortaleza- CE: Brasil Tropical*, 2004.

MARX, K.. *Manifesto comunista*. São paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

_____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Cotez Editora, 1º edição, 1983.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Rio de Janeiro - RJ: Editora Unijuí, 2005